

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS  
**RELATO INSTITUCIONAL**

Documento elaborado de acordo com a Nota Técnica nº 14 de 2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC e Nota Técnica nº 062 de 2014 do INEP/DAES/ CONAES.

Autoria: Coordenação Geral de Avaliação do Ensino de Graduação  
Em 08 de abril de 2019.

O Relato Institucional (RI), foi concebido como uma inovação do Instrumento para Avaliação Institucional Externa – 2014 (modalidade presencial), publicado na Portaria nº 92 de 31 de janeiro de 2014, que subsidia o ato de credenciamento e recredenciamento institucional. Tem como objetivo evidenciar como os processos de gestão institucional se desenvolvem a partir das avaliações externas e internas, e a interação entre o planejamento institucional, suas atividades acadêmicas, progressos e resultados. Para tanto, apresenta-se o relato avaliativo do PDI, a síntese dos resultados dos processos avaliativos internos e externos e do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados de avaliações progressas e como essas influenciaram ou modificaram o processo de gestão da IES propondo, inclusive, planos de melhoria.

## **I. Breve histórico da Instituição**

Nesta seção, será abordada a criação da IES, sua trajetória e modalidades de oferta, além das informações de quantitativo de servidores e discentes. Serão elencados os cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação e as áreas de atuação na graduação, na extensão e na pesquisa.

O CEFET-MG, código no MEC 0594, é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, científica e didático-pedagógica, patrimonial, financeira e disciplinar. Trata-se de uma Instituição Federal de Ensino Superior, multicampi, com foro e sede administrativa na cidade de Belo Horizonte e campus em nove outros municípios do Estado de Minas Gerais. Fruto da transformação da então Escola

Técnica Federal de Minas Gerais em Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, pela Lei n. 6.545, de 30/06/1978, alterada pela Lei n. 8.711, de 28/09/93, o CEFET-MG é uma instituição pública e gratuita de ensino superior no âmbito da educação tecnológica, abrangendo a educação básica, em seu nível médio, e a educação superior. De acordo com o Decreto nº 5.225, de 2004, é categorizado como Instituição de Ensino Superior. Em 2017, por conta do Decreto 9.235, passou a ser equiparado às universidades federais, para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A atuação do CEFET-MG, nos âmbitos articulados do ensino, da pesquisa e da extensão, ocorre desde a sua criação, em 1978, com foco prioritário na área tecnológica e na pesquisa aplicada. No âmbito da pós-graduação, a atuação institucional deve-se ao Decreto nº 87.411, de 10/08/1982, e à Portaria MEC nº 003, de 09/01/1984, pelos quais foram aprovados, respectivamente, o Estatuto e o Regimento Geral da Instituição.

A área geográfica de atuação institucional mais imediata é o próprio Estado de Minas Gerais. O CEFET-MG tem sua sede em Belo Horizonte, onde existem três campi (Campus I, Campus II e Campus VI). Além desses, possui mais oito campi nas regiões mineiras: da Zona da Mata (Leopoldina/III), do Alto Paranaíba (Araxá/IV), do Centro-oeste de Minas (Divinópolis/V), do Rio Doce (Timóteo/VII), do Sul de Minas (Varginha/VIII e Nepomuceno/IX), da Região Central do Estado (Curvelo/X) e região Metropolitana de Belo Horizonte (Contagem/XI) Segundo o Relatório de Gestão, em 2018, a Instituição contava com 1063 docentes efetivos atuando nos três níveis de ensino – médio/técnico, graduação e pós-graduação e 735 servidores técnicos-administrativos atuando em suas 11 unidades.

A Instituição foi criada como Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais pelo Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909 e instalada na capital do Estado, Belo Horizonte. Desde que começou a funcionar, em 08 de setembro de 1910, passou por várias denominações e funções sociais. Contudo, manteve-se sempre coerente com a construção de práticas educativas e processos formativos, ajustando-se a demandas postas no decorrer de sua história, sem perder de vista seu papel como instituição de ensino. A política interna praticada veio sendo marcada pelo reforço do caráter público da Instituição, além da crescente busca de integração entre o ensino profissional e o acadêmico, entre cultura e produção, entre ciência, técnica e tecnologia.

Em 1941, em função da Lei nº. 378, de 13/01/1937, que transformou as escolas de aprendizes artífices em liceus profissionais, a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais transformouse no Liceu Industrial de Minas Gerais. No ano seguinte, por força do Decreto nº. 4.073, de 30/01/1942, a Instituição transformou-se em Escola Industrial de Belo Horizonte e, ainda no mesmo ano, passou a se denominar Escola Técnica de Belo Horizonte. Posteriormente, a instituição é transformada em Escola Técnica Federal de Minas Gerais. Em 1978, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais pela Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978, regulamentada pelo Decreto nº. 87.310, de 21 de junho de 1982, revogado pelo Decreto nº. 5.224, de 1º de outubro de 2004, reformulado, por sua vez, pelo Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006.

A oferta de cursos de nível superior foi iniciada em 1979, com os cursos de Engenharia de Produção, nas modalidades Elétrica e Mecânica, com duração de 3 anos, posteriormente transformados nos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, ambos com duração de 5 anos. A interiorização da graduação no CEFET-MG se inicia em 2005, com o Curso de Engenharia de Controle e Automação, em Leopoldina (Campus III). Atualmente (2019) a Instituição oferece 23 cursos de graduação i) em Belo Horizonte: Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Materiais, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Transportes, Química Tecnológica, Administração, Letras, Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes; ii) em Leopoldina: Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Computação; iii) em Araxá: Engenharia de Automação Industrial, Engenharia de Minas; iv), em Divinópolis: Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Computação, Design de Modas; v) em Timóteo: Engenharia de Computação, Engenharia Metalúrgica; vi) em Varginha: Engenharia Civil; vii) em Nepomuceno: Engenharia Elétrica e viii) em Curvelo: Engenharia Civil.

Em 2018, segundo conta na Plataforma Nilo Peçanha, foram 6.314 alunos matriculados nos cursos de Graduação, distribuídos entre nove campi do CEFET-MG. Anualmente são ofertadas 800 vagas nos cursos de Belo Horizonte e 526 vagas nas unidades do interior, totalizando 1326 vagas anuais. Para o ano de 2019, 80 vagas adicionais passam a ser ofertadas com o início dos cursos de Engenharia de Computação e Design de Modas, ambos em Divinópolis.

Como princípios para o ensino de graduação destacam-se: 1) Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso; 2) Inserção da Instituição nos sistemas nacionais de ensino, pesquisa e políticas públicas para a educação superior; 3) Articulação estreita entre metas acadêmicas e administrativas; 4) Promoção de educação com valores democráticos e de cidadania com responsabilidade ambiental; 5) Construção de PPPs de cursos em consonância com a realidade local e nacional, buscando estreita relação entre formação geral, técnica e humanística; 6) Avaliação e acompanhamento do ensino por meio da análise de indicadores, buscando a melhoria contínua das condições de oferta dos cursos; 7) Valorização e promoção da mobilidade acadêmica para o corpo docente e discente em instituições nacionais e internacionais visando à ampliação da cooperação interinstitucional.

No nível da pós-graduação *stricto sensu* (PGSS) o CEFET-MG conta com quatorze programas de mestrado e três doutorados, iniciados em:

2005: Mestrado em Educação Tecnológica e Mestrado Modelagem Matemática e Computacional;

2007: Mestrado em Engenharia Civil e Mestrado em Engenharia da Energia;

2008: Mestrado em Estudos de Linguagens;

2009: Mestrado em Engenharia Elétrica;

2010: Mestrado em Engenharia de Materiais;

2013: Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional;

2015: Mestrado em Administração e Doutorado em Estudos de Linguagens;

2016: Mestrado Multicêntrico em Química de Minas Gerais;

2017: Doutorado em Engenharia Civil e Mestrado Profissional de Matemática em Rede

2019: Mestrado em Tecnologia de Produtos e Processos, Mestrado em Engenharia Mecânica, Mestrado em Engenharia de Minas (Araxá) e Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT (Divinópolis).

No ano de 2018, nos cursos de mestrado e doutorado matricularam-se 917 alunos (regulares e especiais). Além destes, outros 190 alunos estiveram matriculados e distribuídos entre 8 turmas de cursos de especialização *lato sensu*, dos quais, 4 foram ofertados nas Unidades de Contagem, Varginha e Leopoldina. A criação de cursos *lato sensu* nas Unidades do interior é uma estratégia que fomenta o trabalho coordenado de docentes e incentiva a pesquisa local, fortalecendo o grupo de pesquisa dos campi do interior para a futura criação de cursos de mestrado e doutorado.

Como princípios da pós-graduação, destacam-se: 1) Comprometimento com a realidade regional e nacional; 2) Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso; 3) Integração da pesquisa e pós-graduação com as atividades de ensino, em todos os níveis, e de extensão; 4) Busca de atualização contínua nas áreas do conhecimento e 5) Desenvolvimento da capacidade de análise e de crítica, do espírito científico e do pensamento reflexivo por parte dos sujeitos institucionais.

Por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG), o CEFET-MG estabelece uma série de ações de apoio às atividades de pós-graduação. Algumas dessas ações estão institucionalizadas na forma de programas que são de pleno conhecimento e adesão pela comunidade interna. São eles: 1) PROPESQ – Programa de Fomento à Pesquisa; 2) PROMEQ – Programa de Melhoria Qualitativa da Produção Científica; 3) Programa Pesquisador Convidado; 4) Programa de Auxílio Individual para Apresentação de Trabalhos em Eventos Técnico-Científicos; 5) Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica e 6) Programa Institucional de Bolsas de Mestrado e Doutorado. Todos estes programas, com aporte de recursos do orçamento do CEFET-MG.

As atividades de extensão e desenvolvimento comunitário, no âmbito da Instituição, são supervisionadas e coordenadas por uma diretoria especializada – a Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) – que implementa as deliberações dos órgãos colegiados superiores e do Conselho de Extensão e Desenvolvimento Comunitário. As metas ligadas à extensão e que compõem o PDI abrangem: 1) articulação com a sociedade e compromisso com a diversidade; 2) consolidação da agenda de atividades artísticas e culturais; 3) integração da extensão com o ensino e a pesquisa; 4) desenvolvimento de novas tecnologias, inovação e empreendedorismo; 5) aprimoramento dos marcos regulatórios da extensão e expansão e divulgação das atividades de extensão.

## **II. Conceitos obtidos pelo CEFET-MG nas avaliações externas institucionais e de curso**

Nessa seção são apresentados todos os Conceitos de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito ENADE, Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) e o Conceito Institucional

(CI). A informação foi organizada em tabelas por ordem de início da oferta dos cursos, para que seja possível contemplar o histórico da evolução desses conceitos. O CEFET-MG tem Conceito 4, tanto no IGC, quanto no CI. A Portaria de Recredenciamento da Instituição é de 22 de julho de 2014. Todos os cursos de graduação estão regulares em relação aos processos avaliativos do MEC e possuem conceitos satisfatórios.

A apropriação e a interpretação dos resultados das avaliações externas configuram-se como um componente fundamental do processo de autoavaliação institucional. A dinâmica adotada para preparação dos cursos para os processos avaliativos torna-se um momento autoavaliação, na medida em que há um acompanhamento periódico dos cursos, mesmo antes da abertura do processo no Sistema e-MEC. Esse processo é gerenciado pela Diretoria de Graduação (DIRGRAD), pela Procuradoria Educacional Institucional (PI) e pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

| INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR          |            |          |                   |                   |                               |      |                     |      |                                |      |     |                                 |      |           |      |                                |      |     |      |                             |            |            |
|--|------------|----------|-------------------|-------------------|-------------------------------|------|---------------------|------|--------------------------------|------|-----|---------------------------------|------|-----------|------|--------------------------------|------|-----|------|-----------------------------|------------|------------|
| INDICADORES INSTITUCIONAIS                             |            |          |                   |                   |                               |      |                     |      |                                |      |     |                                 |      |           |      |                                |      |     |      |                             |            |            |
| CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS |            |          | IGC: 4            |                   | Ct: 4                         |      |                     |      |                                |      |     |                                 |      |           |      |                                |      |     |      |                             |            |            |
| INDICADORES DE CURSO                                   |            |          |                   |                   |                               |      |                     |      |                                |      |     |                                 |      |           |      |                                |      |     |      |                             |            |            |
| HISTÓRICO DO CURSO                                     |            |          |                   |                   |                               |      |                     |      |                                |      |     |                                 |      |           |      |                                |      |     |      | INDICADORES ATUAIS DO CURSO |            |            |
| CURSO  | Cód. Curso | INÍCIO   | RECONHECIMENTO    |                   | RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO I |      |                     |      | RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO II |      |     | RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO III |      |           |      | RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO IV |      |     |      | CC                          | CPC        | ENADE      |
|  |            |          | CC PRESENCIAL     | ANO               | ENADE                         | ANO  | CPC                 | ANO  | ENADE                          | ANO  | CPC | ENADE                           | ANO  | CPC       | ANO  | ENADE                          | ANO  | CPC | ANO  |                             |            |            |
| Eng. Elétrica (Campus II)                              | 14596      | 05/03/79 | 5                 | 2004              | 4                             | 2008 | 3                   | 2008 | 3                              | 2011 | 3   | 4                               | 2014 | 4         | 2014 | 4                              | 2017 | 3   | 2017 | 5 (2004)                    | 3 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Mecânica (Campus II)                              | 14597      | 05/03/79 | 4                 | 2004              | SC                            | 2008 | SC                  | 2008 | 4                              | 2011 | 3   | 4                               | 2014 | 4         | 2014 | 5                              | 2017 | 4   | 2017 | 4 (2004)                    | 4 (2018)   | 5 (2018)   |
| Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes   | 19631      | 02/03/81 | -                 | 2005              | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 5 (2017)                    | sem índice | sem índice |
| Eng. Produção Civil (Campus II)                        | 20429      | 02/08/99 | 4                 | 2004              | 3                             | 2011 | 3                   | 2011 | 4                              | 2014 | 4   | 4                               | 2017 | 4         | 2017 | -                              | -    | -   | -    | 4 (2014)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Controle e Automação (Leopoldina)                 | 85274      | 02/08/05 | 4                 | 2011              | 3                             | 2011 | 3                   | 2011 | 3                              | 2014 | 3   | 4                               | 2017 | 4         | 2017 | -                              | -    | -   | -    | 4 (2011)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Automação Industrial (Araxá)                      | 87862      | 06/02/06 | 4                 | 2011              | 3                             | 2014 | 3                   | 2014 | 2                              | 2017 | 3   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2011)                    | 3 (2018)   | 2 (2018)   |
| Química Tecnológica (Campus I)                         | 101332     | 30/10/06 | 4                 | 2011              | 4                             | 2011 | 4                   | 2011 | 4                              | 2014 | 4   | 3                               | 2017 | 4         | 2017 | -                              | -    | -   | -    | 4 (2011)                    | 4 (2018)   | 3 (2018)   |
| Administração  | 101332     | 23/04/07 | 4                 | 2011              | 5                             | 2012 | 4                   | 2012 | 5                              | 2015 | 4   | A OCORRER                       | 2018 | A OCORRER | 2018 | -                              | -    | -   | -    | 4 (2010)                    | 4 (2015)   | 5 (2015)   |
| Eng. Computação (Campus II)                            | 101316     | 23/04/07 | 5                 | 2012              | 4                             | 2011 | 4                   | 2011 | 4                              | 2014 | 4   | 5                               | 2017 | 4         | 2017 | -                              | -    | -   | -    | 5 (2012)                    | 4 (2018)   | 5 (2018)   |
| Eng. Mecatrônica (Divinópolis)                         | 112612     | 11/02/08 | 4                 | 2015              | 5                             | 2014 | SC                  | 2014 | 4                              | 2017 | 4   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2015)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Materiais (Campus I)                              | 112610     | 10/03/08 | 4                 | 2014              | 4                             | 2014 | 3                   | 2014 | 4                              | 2017 | 4   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2014)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Computação (Timóteo)                              | 116968     | 09/02/09 | 4                 | 2015              | 3                             | 2017 | 3                   | 2017 | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2015)                    | 3 (2018)   | 3 (2018)   |
| Eng. Ambiental e Sanitária (Campus I)                  | 150201     | 22/02/10 | 4                 | 2015              | 4                             | 2017 | 4                   | 2017 | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2015)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Minas (Araxá)                                     | 5000562    | 02/08/10 | 4                 | 2017              | 4                             | 2014 | SC                  | 2014 | 4                              | 2017 | 4   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2016)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Letras (Campus I)                                      | 1153469    | 28/02/11 | 4                 | 2015              | 4                             | 2014 | SC                  | 2014 | 3                              | 2017 | 3   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2015)                    | 3 (2018)   | 3 (2018)   |
| Eng. Civil (Curvelo)                                   | 1270727    | 05/11/12 | 4                 | 2017              | 4                             | 2017 | 4                   | 2017 | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2017)                    | 4 (2018)   | 4 (2018)   |
| Eng. Civil (Varginha)                                  | 1304846    | 09/03/15 | AGUARDANDO VISITA | AGUARDANDO VISITA | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2015)                    | sem índice | sem índice |
| Eng. Elétrica (Nepomuceno)                             | 1304843    | 09/03/15 | AGUARDANDO VISITA | AGUARDANDO VISITA | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | 4 (2015)                    | sem índice | sem índice |
| Eng. Transportes (Campus I)                            | 1304641    | 09/03/15 | AGUARDANDO VISITA | AGUARDANDO VISITA | AGUARDANDO CONCEITO           | 2017 | AGUARDANDO CONCEITO | 2017 | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | sem índice                  | sem índice | sem índice |
| Eng. Computação (Leopoldina)                           | -          | 01/08/18 | PROVÁVEL 2020     | PROVÁVEL 2020     | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | sem índice                  | sem índice | sem índice |
| Eng. Metalúrgica (Timóteo)                             | -          | 01/08/18 | PROVÁVEL 2020     | PROVÁVEL 2020     | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | sem índice                  | sem índice | sem índice |
| Design de Moda (Divinópolis)                           | -          | 01/02/19 | -                 | -                 | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | sem índice                  | sem índice | sem índice |
| Eng. Computação (Divinópolis)                          | -          | 01/02/19 | -                 | -                 | -                             | -    | -                   | -    | -                              | -    | -   | -                               | -    | -         | -    | -                              | -    | -   | -    | sem índice                  | sem índice | sem índice |

### III. Projetos e processos de Autoavaliação

Esta seção apresenta o desenvolvimento dos projetos e processos de autoavaliação da Instituição, que culminaram na elaboração do relatório da CPA, desde o último ato regulatório. Desde a aprovação da Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o CEFET-MG realiza o processo de Autoavaliação Institucional, em consonância com as orientações e os instrumentos definidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O processo é de responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), constituída pela Portaria DIR-138/2004 e cuja composição atual é definida pela Portaria DIR-452/2009, qual seja: a) 4 (quatro) servidores docentes, um dos quais Coordenador de Curso de Graduação; b) 2 (dois) servidores técnico-administrativos; c) 2 (dois) representantes do corpo discente, indicados pelo órgão de representação estudantil; d) 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada; e) o Coordenador Geral de Avaliação de Ensino de Graduação; f) o Coordenador Geral de Avaliação de Educação Profissional e Tecnológica; g) um servidor do CEFET-MG, designado pelo Diretor Geral. A CPA conta, ainda, com uma equipe permanente de servidores técnicos e estagiários designados para essa função, que atuam em sala própria, com recursos físicos e tecnológicos adequados para sua atividade.

A elaboração do Relatório de Autoavaliação do CEFET-MG constitui um trabalho coletivo de sistematização das análises e conclusões referentes a um determinado período, estando inserida no contínuo processo de autoavaliação da Instituição. Para sua materialidade, a CPA segue as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 65/2014 e utiliza metodologia própria, conforme apresentado a seguir. O relatório contempla as dez dimensões dispostas no Art. 3° da Lei 10.861/2004, agrupadas em cinco eixos (Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas; Eixo 4 – Políticas de Gestão; Eixo 5 – Infraestrutura Física).

A CPA produz e distribui uma cartilha que explicita a finalidade do relatório e que contém as orientações para sua elaboração pelos setores envolvidos no processo de autoavaliação institucional (Biblioteca Universitária, Coordenação Pedagógica, Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, Secretaria de Políticas Estudantis, Secretaria de Governança da Informação, Secretaria de Gestão de Pessoas, dentre outros). Para cada setor também é



encaminhado memorando eletrônico com roteiro detalhado, no qual há o direcionamento, por eixo, quanto ao que deve constar no documento, segundo o que estabelece a Nota Técnica e atentando-se para as especificidades dos setores. Persistindo dúvidas, elas são esclarecidas pessoalmente pela equipe da CPA. Importante ressaltar que a metodologia adotada se baseia em dados qualitativos e quantitativos e cada setor utiliza os instrumentos que julgar apropriados para coleta de dados, tendo em vista a necessidade de subsidiar a elaboração do Relatório de Autoavaliação, em consonância com as diretrizes da CPA.

Os dados e informações referentes ao ensino de graduação são coletados nos documentos e arquivos das três coordenações gerais que compõem a Diretoria de Graduação: a Coordenação Geral de Avaliação do Ensino de Graduação (CGAG), a Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da Graduação (CGDAG) e a Coordenação Geral de Programas de Fomento à Graduação (CGPFG). Adicionalmente, são consultadas as atas das reuniões e as resoluções do Conselho de Graduação e atas das reuniões do Fórum de Coordenadores. Quando necessário, são solicitados dados e informações de outros setores diretamente relacionados ao ensino de graduação, como a Secretaria de Registro e Controle Acadêmico.

A CPA elabora e disponibiliza questionários eletrônicos que são respondidos por discentes e servidores (docentes e técnicos-administrativos) e, posteriormente, compila e analisa os resultados de tais questionários. Há um monitoramento do número de questionários respondidos e incentivos constantes para que alunos e servidores os respondam, bem como um trabalho de sensibilização sobre a importância do resultado dos questionários para o conhecimento da realidade institucional e para a definição das políticas internas.

A autoavaliação realizada pelos docentes e pelos técnicos administrativos ocorre a cada dois anos e os relatórios são publicados na página da CPA no sítio eletrônico do CEFET-MG. Já a autoavaliação pelos discentes da graduação é realizada semestralmente, por meio do Questionário de Avaliação Geral dos Cursos de Graduação, disponibilizado no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), e é referente ao semestre letivo anterior cursado. A partir das respostas dos alunos, os dados são levantados e é produzida uma análise sobre cada curso da Instituição, na forma de Cadernos de Avaliação dos Cursos, publicados semestralmente na página do CEFET-MG.

Com objetivo de assegurar que os sujeitos da comunidade acadêmica tenham conhecimento sobre o papel da autoavaliação institucional e da CPA, (o que corresponde a uma das metas da CPA, disposta no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020), desde 2015 a CPA promove visitas aos campi do interior. Nessas visitas, são divulgados os Cadernos de Avaliação dos Cursos, informadas as características e objetivos do Relatório de Autoavaliação Institucional e dos Relatórios de Avaliação pelos docentes e servidores técnico-administrativos do CEFET-MG. Além das visitas aos campi, a CPA realiza reuniões ordinárias, com a participação de seus membros titulares, com regularidade mensal. Nessas reuniões, são discutidas as políticas da CPA, definidos e distribuídos os trabalhos pertinentes à comissão e analisadas as demandas do CEFET-MG no âmbito da avaliação institucional. Assim, observa-se que o processo contínuo de autoavaliação institucional tem viabilizado a revisão, atualização e projeção das políticas e dos planos da Instituição, tendo sempre em vista elevar seus patamares institucionais para a melhoria do alcance de sua função social, no contexto universitário.

Após ser concluído e entregue ao MEC/INEP, o Relatório de Autoavaliação Institucional fica disponível para acesso na página da CPA ([www.cpa.cefetmg.br](http://www.cpa.cefetmg.br)).

#### **IV. Divulgação e análise dos resultados da Autoavaliação**

Esta seção objetiva apresentar um resumo do relatório da CPA desde o último ato regulatório (2014), seguido de análise sintética dos resultados. Aqui é dada ênfase às análises relativas à educação superior e aos setores diretamente envolvidos. Desse modo, apresentam-se os dados do Relatório de Autoavaliação Institucional do CEFET-MG, com análise do triênio 2015-2017, complementado pelos dados do Relatório de 2018. Os relatórios completos estão disponíveis em [www.cpa.cefetmg.br](http://www.cpa.cefetmg.br).

Para fins de Regulação da Educação Superior, todos os cursos do CEFET-MG são reconhecidos pelo MEC e estão regulares com as edições do ENADE, alcançando conceitos satisfatórios. Conforme Portaria MEC nº 08, de 26 de abril de 2017, 17 cursos foram inscritos no ENADE 2017, sendo 3 apenas para cadastro de ingressantes e 14 na condição de participantes,

totalizando 843 alunos concluintes habilitados para a realização do Exame. Em 2018 apenas o curso de Administração participou do ENADE.

Anualmente, o Inep/MEC publica o relatório do ENADE de cada curso, por Instituição, com os dados relativos aos resultados da prova. Para a compreensão, de forma mais ampla, das questões relacionadas aos cursos de graduação, o CEFET-MG trabalha com dois documentos: a) análise do relatório do ENADE realizada pela DIRGRAD, que aponta questões mais globais que independem do conhecimento específico; b) análise dos relatórios realizada pelos colegiados e pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos, que permite a observação de problemas específicos em conteúdos programáticos, bem como a proposição de soluções.

Visando “aprimorar políticas institucionais com foco nos discentes”, conforme previsto na Meta 02 da Graduação (PDI 2016-2020) e, para “promover a realização de eventos para discutir modalidades de ensino e aprendizagem”, como estabelecido na Meta 03, a Diretoria de Graduação realizou algumas ações, com sucesso, no último quadriênio (2015-2018), conforme descrito a seguir:

- a) Criação do Programa de Educação Tutorial – PET em 2015, constituído por seis grupos. Ao final de 2016, já havia oito grupos PET distribuídos em 5 unidades do CEFET-MG, ofertando 48 bolsas para alunos. Ao final de 2017, o CEFET-MG passou a ter 10 grupos PETs vinculados à Diretoria de Graduação e 1 (um) grupo PET vinculado ao Programa Nacional do MEC, este último criado em 2010 e desenvolvido no Campus de Leopoldina, no Curso de Engenharia de Controle e Automação. Cada grupo, neste ano, passou a contar com 08 bolsistas totalizando 64 bolsas disponíveis para o programa, além de 40 alunos voluntários. Em 2018 já haviam 80 alunos bolsistas.
- b) Ampliação do Programa de Monitoria, que envolve atividades de apoio às disciplinas da graduação, desenvolvidas por um aluno (monitor) que já cursou a disciplina, com êxito, em períodos anteriores. O monitor trabalha sob orientação do professor e recebe uma bolsa auxílio. No ano de 2018, foram pagas 1544 bolsas de monitoria para os cursos de graduação (em média 219 mensais). Em 2017, haviam sido ofertadas 194 vagas e, em 2016, 162.
- c) Realização da Semana de Acolhimento aos calouros, com apoio de outros setores da Instituição. Para isso, são desenvolvidas, desde 2016, duas atividades no início de cada semestre: a Aula Inaugural e o Dia da Integração.

- d) Realização anual, desde 2005, de um evento institucional denominado Workshop do Ensino de Graduação, para discutir as modalidades de ensino e aprendizagem. Além do Workshop, desde 2017 há uma nova ação formativa para os coordenadores de curso da graduação do CEFET-MG: os Ciclos de Formação de Coordenadores.

Ainda como resultados percebidos no âmbito do ensino de graduação, destaca-se a divulgação técnico-científica e participação em eventos por meio de apoio discente, contemplando 478 alunos atendidos nos últimos três anos para participação em 118 eventos, entre congressos, seminários e afins.

No âmbito da atuação pedagógica, o CEFET-MG conta com uma Coordenação Pedagógica (CP) com atuação pontual voltada aos estudantes da graduação. Cabe destacar que o apoio pedagógico tem um papel específico no desenvolvimento acadêmico do estudante e, portanto, no seu êxito. A relevância do apoio pedagógico e da existência de um setor pedagógico atuante no âmbito do ensino de graduação é importante tanto para os alunos quanto para os professores.

Para o aluno, esse trabalho se faz necessário desde seu acolhimento no ingresso na Instituição, no acompanhamento da vida acadêmica, na mediação nas questões relacionadas à relação professor-aluno, entre outras. O atendimento ao aluno de graduação tem, principalmente, dois objetivos: um mais imediato, de auxiliá-lo quanto à sua trajetória acadêmica, em termos de normas, procedimentos, encaminhamento para atendimento por outros setores e profissionais da instituição, etc., e um menos imediato, que envolve a necessidade de compreensão da realidade da Instituição, com vistas à adoção de medidas no âmbito das políticas acadêmicas (de modo mais abrangente) e do processo de ensino-aprendizagem (de modo mais específico). O acompanhamento pedagógico dos alunos ainda permite detectar mais precocemente questões que necessitem de encaminhamento a outros setores do CEFET-MG ou a outras instituições.

Em relação ao professor, o trabalho pedagógico é necessário no que diz respeito à pesquisa e assessoramento com relação às questões didáticas, entre outros aspectos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. Esse trabalho pedagógico tem sido trabalhado de forma ampla nos Workshops de Graduação em que são discutidas desde ferramentas para o apoio didático pedagógico nas salas de aula a problematizações sobre os cenários institucionais e

político-econômicos que envolvem as universidades, incluindo aí o CEFET-MG, e o respectivo papel do docente.

O CEFET-MG também conta com uma Secretaria de Política Estudantil (SPE), responsável pela gestão da política de assuntos estudantis que visa assegurar aos estudantes a igualdade de oportunidades para o exercício das atividades acadêmicas, fomentando a permanência material e simbólica na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, conforme estabelecido no Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG (Resolução CD 083/04, de 13/12/2004). Desse modo, entre suas atuações essenciais, estão os programas de alimentação estudantil, o programa de acompanhamento psicossocial e programas de concessão de bolsas (as quais se caracterizam pelo apoio financeiro aos estudantes que se encontram vulneráveis aos processos de inclusão e de permanência na Instituição, tendo sido investidos cerca de 5,5 milhões de reais em 2017).

O programa de alimentação estudantil subsidia os custos das refeições para os estudantes nos restaurantes universitários dos campi do CEFET-MG. Em 2017 foram servidas cerca de 960 mil refeições em todos os Restaurantes Estudantis (REs) e desembolsados quase 10 milhões de reais para pagamento das empresas contratadas para operar os REs. Considerando a média das seis unidades que possuem restaurante próprio, houve aumento na demanda por refeições, em comparação ao previsto para 12 meses de contrato. Foi verificada necessidade de credenciar restaurantes particulares para a oferta de refeições subsidiadas no entorno das unidades de Leopoldina, Timóteo e Nepomuceno, que ainda não dispõem de restaurante estudantil.

Já a dimensão individual do acompanhamento psicossocial se caracteriza, basicamente, pelos atendimentos psicológicos realizados. Esses atendimentos se definem pela atenção aos estudantes em situações de crise e/ou que apresentem dificuldades de ordem emocional que comprometam seu desempenho acadêmico. As demandas por esses atendimentos são advindas de busca espontânea ou encaminhamentos de outros setores da Instituição.

No âmbito da internacionalização institucional, cabe à Secretaria de Relações Internacionais (SRI) estabelecer e ampliar acordos acadêmicos com instituições estrangeiras. Atualmente, o CEFET-MG mantém parceria com 36 instituições em 14 países. No Programa de Mobilidade discente internacional, o CEFET-MG registrou, em 2017, um aumento na mobilidade,

recebendo 43 intercambistas de 23 países. Em 2016, o CEFET-MG recebeu 19 intercambistas. Durante o ano de 2015, recebeu 24 intercambistas.

Por outro lado, a mobilidade discente internacional para os alunos do CEFET-MG (Mobilidade “out”) foi comprometida em decorrência do corte de verbas pelo Governo Federal. Apenas 13 alunos do CEFET-MG, em 2015, participaram dos programas de intercâmbio, no exterior. Em 2016, 34 alunos participaram de programas de intercâmbio, revelando um aumento de alunos enviados em relação a 2015. Durante o ano de 2017, o CEFET-MG enviou 30 alunos para participarem de programas de intercâmbio no exterior para países como: Alemanha, Argentina, Bélgica, França, Hungria, Polônia e Portugal. Apesar das restrições financeiras enfrentadas pelas instituições de ensino, se observa, em 2017, a manutenção da mobilidade discente “out” em relação a 2016. Isso se deveu à iniciativa própria de alunos que se candidataram a intercâmbios promovidos por meio de programas diferentes daqueles firmados em acordos assinados pelo CEFET-MG, como consequência de uma maior conscientização em relação às possibilidades de internacionalização da comunidade acadêmica dessa Instituição. Foi possível o lançamento de edital de mobilidade internacional com recursos do CEFET-MG e pagamento de bolsas de intercâmbio para 21 alunos da graduação. Além disso, houve a incorporação dos intercambistas do PROGEST e da IAESTE no escopo de intermediação da SRI, como no ano anterior. Ainda sobre o programa de mobilidade, no final do ano de 2018, o CEFET-MG fechou o primeiro acordo de dupla-diplomação com o Instituto Politécnico de Bragança – Portugal.

Em se tratando da qualificação dos servidores, os programas institucionais de apoio tiveram início no CEFET-MG em 2005, com o Programa de Apoio à Graduação e com o Programa de Apoio à Pós-Graduação. A proposta fundamental dos programas é apoiar os servidores que desejam retomar os estudos e não têm condições de custear as mensalidades em uma instituição privada. No início dos programas, o ressarcimento era de 60%. Atualmente, o apoio concedido pela Instituição pode chegar a 100%, no Programa de Apoio à Graduação e a 70% no Programa de Apoio à Pós-graduação. Em 2017 foram atendidos 125 servidores por meio dos editais 25 a 30/2017.

Até 2017, as ações atinentes à capacitação de servidores ficavam sob a responsabilidade da Superintendência de Gestão de Pessoas, vinculada à Diretoria de Planejamento e Gestão. Em 2018 a gestão de pessoas na Instituição foi reestruturada, com a criação da Secretaria de Gestão

de Pessoas (SEGEP), ligada diretamente à Diretoria Geral. Além das funções de departamento de pessoal, a SEGEP cuida de ações de desenvolvimento de pessoas. Dentre as principais ações voltadas para a formação e capacitação dos servidores da Instituição estão: concessão de afastamentos para capacitação no país e fora do país, licenças para capacitação e o Programa de Bolsas. Durante o ano de 2017 foram concedidos 84 (oitenta e quatro) afastamentos para estudo e missão no exterior, 51 (cinquenta e um) afastamentos para participação em programa de Pós-Graduação *stricto sensu* e 13 (treze) licenças para capacitação *lato sensu*.

Nos últimos anos (2014 a 2017), a realização de concursos assim como aproveitamentos de concursos de outras instituições (IFMG, UFMG, IFNMG) e redistribuições possibilitaram a entrada de novos servidores, tanto docentes, quanto técnicos administrativos. Foram nomeados 290 novos técnicos administrativos no período analisado, e 395 docentes, perfazendo um total de 685 novos servidores efetivos.

Finalmente, o relatório da CPA evidencia a relação entre o planejamento financeiro e a gestão institucional. O orçamento do CEFET-MG, assim como o das demais instituições federais de ensino, é composto pelos orçamentos de pessoal; de outros custeios e capital – OCC; da Fonte 250; de emendas parlamentares e de convênios / descentralizações. O Orçamento do CEFET-MG referente a custeio e capital – OCC (Fonte Tesouro) é proveniente de Matriz Orçamentária da Rede Federal, composta por 41 órgãos federais, recursos advindos da Secretaria de Ensino Tecnológico – SETEC/MEC. O orçamento total do CEFET-MG, autorizado na LOA para o exercício de 2017 (Lei 13.414, de 10/01/2017) foi de R\$ 434.862.294,00. Para 2019, a Proposta Orçamentária prevê um total de R\$462.270.175,00.

Para a graduação, os recursos investidos pela Instituição referem-se ao apoio discente para a participação em eventos, à monitoria e aos grupos de Educação Tutorial (PET). Quanto à Pesquisa e a Pós-Graduação, a Instituição conta com recursos adicionais das agências de fomento, como CAPES, FINEP, CNPq e FAPEMIG, além de investir parte do seu orçamento. No âmbito da Extensão o CEFET-MG também conta com investimentos próprios e de parceiros externos.

## V. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

Esta seção busca apresentar as ações planejadas a partir dos resultados da Autoavaliação e das avaliações externas.

No âmbito do ensino de graduação, o PDI 2016-2020 do CEFET-MG estabeleceu seis metas. A partir da análise dos dados ora expostos e das informações apuradas, entre as ações previstas para a melhoria das atividades acadêmicas e da gestão da Instituição, destacam-se para a Diretoria de Graduação:

Prosseguimento do processo de consolidação do desenvolvimento e melhoria do ensino de Graduação, por meio do acompanhamento e supervisão dos cursos; aprimoramento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em funcionamento e dos processos de elaboração e submissão de novos projetos para apreciação dos colegiados superiores; prosseguimento no processo de definição dos marcos regulatórios do ensino de graduação; consolidação e melhoria do Guia de Gestão Acadêmica da Graduação; realização anual do Seminário da Graduação; continuidade do apoio discente para a participação em congressos, seminários e afins, de acordo com previsão orçamentária; incentivos aos alunos à realização da mobilidade nacional; continuidade da oferta de bolsas de monitoria, com previsão de aumento do número de bolsas; expansão dos grupos do Programa de Educação Tutorial – PET já existentes, e implantação de novos grupos; melhorias nos laboratórios didáticos especializados utilizados nos cursos de graduação, especialmente aqueles que atendem aos novos cursos e que passarão pelo processo de reconhecimento em 2018; adequação do acervo da biblioteca às demandas dos cursos, a partir da bibliografia definida nos PPCs; estruturação de um programa institucional para acompanhamento de egressos.

Em relação às ações planejadas no âmbito da pesquisa e da pós-graduação, é necessário o contínuo investimento institucional nas atividades de pesquisa, especialmente quando são cada vez mais restritas as oportunidades de captação de recursos externos. Além disso, é preciso fortalecer a integração entre os programas de pós-graduação e os grupos de pesquisa para a realização de mais pesquisas em cooperação; cooperação interna e externa à Instituição. Este incremento no vínculo entre pesquisadores permite utilizar, de forma mais efetiva, a infraestrutura já implantada, potencializando a produção acadêmica resultante deste uso.



No âmbito da internacionalização, a Secretaria de Relações Internacionais tem como principais objetivos: criar um comitê de internacionalização para estabelecer maior vínculo com as coordenações de cursos, buscando representantes em todas as unidades, especialmente nos campi do interior; propor procedimentos institucionais que facilitem as ações de internacionalização nas diretorias e coordenações; fortalecer relações acadêmicas com as instituições parceiras, incentivando docentes e discentes a trabalharem em conjunto com essas instituições; fomentar ações relacionadas ao programa de internacionalização “em casa” como a organização de eventos semelhantes ao Bate-Papo Plurilíngue, ao Encontro de Alunos Estrangeiros, e a continuidade do projeto Danças do Mundo; representar o CEFET-MG em eventos que tenham a internacionalização como pauta; propor um Seminário de Internacionalização.

Em consonância com o que foi estabelecido para o desenvolvimento da Extensão no CEFET-MG, a Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) dará prosseguimento ao trabalho iniciado em 2017 no intuito de consolidar ações referentes: à Política de Expansão; à participação no processo de integralização curricular; integração com ensino e pesquisa; articulação com a sociedade;

Com base na análise do trabalho das Coordenações Pedagógicas, bem como desenvolvimento das metas e subprogramas estabelecidos no PDI 2016-2020, enumeram-se as seguintes ações, tendo em vista melhorias nas atividades acadêmicas e gestão da Instituição: organizar o Fórum permanente das Coordenações Pedagógicas, como espaço coletivo para se decidir sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento da Política de Acompanhamento e Assessoramento ao Ensino do CEFET-MG; aperfeiçoar a metodologia de registro dos dados pela Coordenação Pedagógica; propor no calendário escolar de cada Unidade momentos para o trabalho coletivo das CPs com os estudantes e professores para reflexão, discussão e debate da própria prática, com o objetivo de aperfeiçoá-la; estabelecer canais de comunicação com Coordenação de Política Estudantil, com vistas à realização de atendimento aos alunos, compreensão da realidade dos alunos e realização de propostas para a Instituição.

Em relação à Política Estudantil, apresentam-se as seguintes ações com bases nas análises: aperfeiçoar programas e projetos sobre as temáticas das juventudes e implementar novas ações,

articuladas com as demandas dos estudantes e iniciativas das representações e coletivos estudantis, integrados aos programas e projetos da Coordenadoria de Bolsas e Acompanhamento Psicossocial; aumentar o padrão de atendimento aos estudantes, em consonância com PNAES (Decreto 7.234/10) que prioriza o atendimento de até 1,5 do salário mínimo per capita; implementar e consolidar programas e projetos de acompanhamento psicossocial para os bolsistas, considerando as especificidades de cada programa de bolsa.

Em relação às oportunidades de melhoria para a gestão de pessoas no CEFET-MG, uma das principais ações a serem desenvolvidas está relacionada ao processo de gestão do dimensionamento da força de trabalho, que deve ocorrer com base na análise das competências individuais, na revisão dos processos de trabalho e nas demandas de médio e longo prazo. Também vê-se como necessária a proposição de ações mais eficazes (de curto, médio e longo prazo) que contribuirão para uma Política de Capacitação e Gestão de Pessoas, tais como: o diagnóstico de qualificação dos servidores para subsidiar gestão de competências; a oferta de cursos internos de aperfeiçoamento, em parceria com os departamentos de ensino e servidores já qualificados; uma comunicação mais estratégica, com ações de melhoria, compartilhamento de experiências; e o desenvolvimento de competências, objetivos e metas individuais e por setor.

Com base nas informações repassadas pelas bibliotecas dos campi e das unidades do CEFET-MG e em consonância com o PDI 2016-2020, são previstas as seguintes ações: ampliação do espaço físico das bibliotecas do sistema; estudar e implementar, em parceria com o Setor de Projetos, maneiras para melhorar as condições de acessibilidade para usuários com necessidades especiais; adequação do acervo para disponibilidade de maiores quantidades de exemplares das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação do CEFET-MG; adequar o quadro de servidores e estagiários, visando atender à demanda de serviços e atendimentos prestados aos usuários de todas as bibliotecas do CEFET-MG; aquisição de novos computadores para as estações de trabalho, como também disponibilizar mais terminais para pesquisa e consulta do usuário; aquisição de novo gerenciador de banco de dados e um servidor exclusivo que comporte o sistema Sophia e suas atualizações; assinatura de jornais eletrônicos e impressos; assinatura de revistas impressas; atualização do regulamento da Biblioteca Universitária; criação de um site da Sistema de Bibliotecas do CEFET-MG, com objetivo de divulgar todos os serviços disponíveis para a comunidade acadêmica; regularização da cobrança

de multas por atraso na devolução de materiais, em dinheiro, via Guia de Recolhimento da União (GRU); regularização da emissão de “nada consta” da biblioteca para todas as categorias de usuários. As metas previstas nos relatórios de 2015 e 2016 da Biblioteca e, que ainda não puderam ser concretizadas, continuam como objetivo de serem implantadas em 2019, sendo elas: aquisição do sistema de antifurto para acervo, implantação do Repositório Institucional.

## **VI. Processos de Gestão**

Esta seção apresenta os processos de gestão (ações acadêmico-administrativas), desenvolvidos a partir das avaliações externas e das avaliações internas, que evidenciam a trajetória das melhorias da Instituição e sua relação com as avaliações. Contempla, ainda, o alcance dos objetivos propostos no PDI e das ações e metas a ele relacionados.

Tanto o planejamento estratégico institucional quanto os mecanismos e políticas de governança, estão formalizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este documento também contempla, em detalhes, os programas e ações para se atingir os objetivos estratégicos e de governança.

O Estatuto do CEFET-MG (Res. CD-069/08, de 2 de junho de 2008), em seu Capítulo III consagra a gestão colegiada como modo de tomada de decisão e de gestão do CEFET-MG. Neste contexto, a construção do PDI 2016-2020 do CEFET-MG buscou contemplar esse seu caráter democrático. Assim, contou com a participação intensa e extensa de toda a comunidade. Essa participação se concretizou pelo trabalho de oito equipes divididas por áreas, além de comissões de sistematização.

O PDI 2016-2020 é estruturado em quatro capítulos: Contexto Institucional; Diagnóstico; Visão de Futuro e; Acompanhamento e Avaliação do PDI. No primeiro, registram-se dados do histórico, missão (entendida como função social), finalidades, áreas de atuação e dados da gestão institucional. Com base na história do CEFET-MG, sua função social, suas finalidades e o Diagnóstico realizado, foram definidos um conjunto de princípios, metas e objetivos, expressos no Capítulo Visão de Futuro, constituindo-se nos principais norteadores gerais dos rumos das ações institucionais. Esclarece-se que os princípios expressam os valores

fundamentais da Instituição, em torno de concepções sobre: relação escola-sociedade; processos formativos, tratamento das condições humanas e materiais e administração institucional.

Tal como indicado no PDI 2016-2020, a política geral do CEFET-MG, que tem características de instituição universitária multicampi e verticalizada (do ensino médio até doutorado), materializa-se em políticas específicas para nove áreas de atuação: ensino; pesquisa; inovação; extensão e desenvolvimento comunitário, política estudantil; relações internacionais; governança da informação; planejamento e gestão; e avaliação institucional. O PDI 2016-2020 tem suas definições, em relação à atuação de cada uma das áreas institucionais, orientadas por 19 princípios, além de objetivos e programas gerais que norteiam as políticas e práticas no CEFET-MG, no período em pauta, em consonância com a legislação educacional, o contexto da Instituição e o diagnóstico realizado.

Quanto aos princípios, eles atendem a aspectos considerados fundamentais em relação às características do CEFET-MG, de instituição educacional, ciente da sua função social e finalidades educativas. Assim, têm-se princípios relativos a: relação escola-sociedade; processos formativos próprios de instituição educacional de ensino superior, verticalizada e multicampi, na área da educação tecnológica; tratamento das condições humanas e materiais, envolvendo sujeitos institucionais, comunicação e soluções tecnológicas; e administração institucional.

Quanto aos quatro objetivos gerais do CEFET-MG, descritos no PDI 2016-2010, tem-se:

- 1) Fortalecer as práticas institucionais (acadêmicas e de gestão), seus recursos humanos, suas soluções tecnológicas e sua infraestrutura material e acadêmica, de forma condizente com os princípios estabelecidos neste Plano;
- 2) Fortalecer a identidade do CEFET-MG como instituição pública, gratuita e de excelência na área da educação tecnológica, e avançar na melhoria sistemática dos indicadores que já a qualificam como universidade tecnológica verticalizada e multicampi, com oferta da educação profissional técnica de nível médio, da graduação e da pós-graduação, no sentido de aprimorar suas condições materiais e sua cultura acadêmica.

3) Consolidar a expansão realizada nos últimos anos e cuidar continuamente do aprimoramento e da ampliação da atuação institucional, com a definição de marcos regulatórios e avaliação contínua em todos os níveis e setores.

4) Fortalecer a educação profissional técnica de nível médio como uma das bases da verticalização institucional.

Coerentemente, as políticas de Graduação e de Pós-graduação são organizadas em torno de princípios, metas, programas e objetivos específicos e buscam contemplar aqueles critérios mencionados. Dentro disso, um dos princípios das políticas de Graduação e de Pós-graduação, na perspectiva de inclusão educacional, explícita: “Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso”.

Além desse, registram-se, como exemplos, na Graduação, os princípios de: “Avaliação e acompanhamento do ensino por meio da análise de indicadores, buscando a melhoria contínua das condições de oferta dos cursos”, “Valorização e promoção da mobilidade acadêmica para o corpo docente e discente em instituições nacionais e internacionais visando à ampliação da cooperação interinstitucional”.

Salienta-se que a política de Graduação conta com seis metas e cinco programas a elas referidos. Entre os objetivos dos programas, o compromisso com a inovação no ensino e a utilização de novas tecnologias, além do atendimento às diferenças encontram-se explícitos, por exemplo, em: “Discutir a utilização de ferramentas tecnológicas (...) entre elas aquelas relativas à EaD”; “Definir política institucional de diagnóstico e acompanhamento de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais em parceria com outros setores que cuidam desse acompanhamento”.

O atendimento às políticas nacionais também se encontra na política de Graduação. Como exemplo, têm-se, entre os seus princípios: “Inserção da Instituição nos sistemas nacionais de ensino, pesquisa e políticas públicas para a educação superior”. E entre os objetivos dos programas específicos: “Orientar (...) na revisão dos PPPs (projetos político-pedagógicos) dos cursos (...) inclusão das atividades de extensão com, no mínimo, 10% da carga horária total, de acordo com (...) Plano Nacional de Educação”; “Avaliar as condições dos laboratórios didáticos especializados e definir as melhorias (...) necessárias à obtenção do conceito cinco (...) no

instrumento de avaliação do MEC”; “Instituir e capacitar uma comissão para realizar (...) a autoavaliação interna dos cursos, com vistas à melhoria contínua dos conceitos atribuídos pelo MEC”.

Tal como explicitado no texto do PDI, “Da mesma forma que nas outras áreas, a política de pós-graduação vai ao encontro da política geral da Instituição, reiterando, particularmente, o princípio da integração entre o ensino, a pesquisa e inovação e a extensão, em prol da sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural”. Assim, entre os princípios da política de Pós, encontram-se “Integração da pesquisa e pós-graduação com as atividades de ensino, em todos os níveis, e de extensão”; “Qualidade social nas atividades de ensino e investigação científica e tecnológica”.

Na política de Pós, são definidas cinco metas e sete programas. Entre os objetivos dos programas, encontram-se: “Fortalecer a integração entre a pós-graduação e os cursos de graduação e da EPTNM, por meio da intensificação de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão”.

Em consonância com a política da Graduação, na Pós, estão presentes as inovações didático-pedagógicas, como exemplificam os objetivos: “Definir política de implantação e regulamentação da EaD para cursos e disciplinas não presenciais e semipresenciais”; “Promover a realização de reuniões e eventos científicos e pedagógicos para discussão, divulgação e registro de práticas bem-sucedidas”; “Melhorar a divulgação das bases de livros eletrônicos e do portal de periódicos da CAPES”.

A atenção a questões de avaliação aparece na própria caracterização de dois dos programas para a área, como no caso do PGR05: em que “Serão focalizados dados relativos à pós-graduação e dados para a composição de relatórios de gestão e de prestação de contas”.

Finalmente, em relação à política de ensino, tal como expressa no PDI, registram-se dois programas transversais. Um deles, o de “Coordenação e acompanhamento Pedagógico” é conduzido nos âmbitos da EPTNM e da Graduação. Um outro, “Manutenção e aperfeiçoamento dos programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação” envolve as áreas da pós-graduação e da pesquisa e inovação.

## VII. Demonstração de evolução institucional

Esta seção busca apresentar uma síntese acerca da relação entre processos de gestão, processos de avaliação (interna e externa) e evolução institucional.

O CEFET-MG tem por missão formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada

De acordo com o disposto no art. 2º da Lei n. 6.545/78, na redação dada pela Lei n. 8.711/93, o CEFET-MG, como instituição de educação tecnológica, deve cumprir os seguintes objetivos:

Art. 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos:

I – ministrar em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;

II – ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio

III – ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;

IV – realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços.

Na visão do CEFET-MG, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociada, é possível fomentar a educação do cidadão, promovendo a formação técnico-profissional, a difusão da cultura e a criação científica e tecnológica, filosófica, artística e literária; estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a criação e o pensamento crítico-reflexivo, a solidariedade nacional e internacional, com vistas à melhoria das condições de vida da comunidade e à construção de uma sociedade justa e democrática; formar cidadãos, diplomar e propiciar a formação continuada de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade; estimular o conhecimento dos problemas da sociedade, em particular os nacionais e regionais,

na perspectiva de buscar soluções para as necessidades e demandas sociais; assegurar a gratuidade de ensino, entendida como não cobrança de anuidade, taxas ou mensalidades nos cursos de oferta regular ministrados na Instituição.

A Instituição efetiva-se por um grande programa com visão emancipatória, pensado como instrumento de transformação não apenas da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mas também da qualidade institucional como um todo e, em consequência, dos serviços prestados à comunidade.

Importantes resultados no ensino da Graduação no ano de 2018 são observados, destacando-se: ampliação da atuação da graduação do CEFET-MG por meio da autorização para dois novos cursos de graduação em 2018, sendo eles: Engenharia Metalúrgica em Timóteo e Engenharia de Computação em Leopoldina. Para 2019/1 já foram aprovados dois novos de graduação em Divinópolis: Design de Moda e Engenharia de Computação; início do processo de Reconhecimento de Curso de três novos cursos de graduação: Engenharia de Transportes/Belo Horizonte, Engenharia Civil/Varginha e Engenharia Elétrica/Nepomuceno (visita realizada em abril/19, com a obtenção de Conceito 4); aprimoramento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Engenharia de Automação Industrial/Araxá e do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes/Belo Horizonte e submissão de Projetos para apreciação dos colegiados superiores (CGRAD e CEPE); prosseguimento no processo de definição dos marcos regulatórios do ensino de graduação, evidenciado pela tramitação de processos no Conselho de Graduação; desenvolvimento e utilização do Guia de Gestão Acadêmica da Graduação, facilitando os processos de gestão, especialmente no que tange às coordenações de curso, promovendo a efetivação de atividades necessárias à gestão do projeto pedagógico do curso e nas de rotina de coordenação, nas relações com a Diretoria de Graduação e com os alunos; divulgação técnico-científica e participação em eventos por meio de apoio discente; manutenção das ações voltadas à mobilidade acadêmica discente nacional para outras instituições federais e intercampi; aumento do número de bolsas de monitoria de 194 em 2017 para 219 em 2018; acompanhamento de 10 grupos do Programa de Educação Tutorial – PET, que envolveu a concessão de 960 bolsas anuais para alunos, distribuídas entre os grupos, bem como a realização de três eventos regionais para troca de experiências entre alunos, docentes, tutores e comunidade em geral; realização, anual, de workshops com caráter formativo para os docentes, com a exposição de temas contemporâneos e relevantes para sua atuação acadêmica;



acompanhamento do curso de Administração na realização do ENADE 2018, por meio da gestão de todo o processo nos sistemas do MEC, além de reuniões de orientação e preparação dos docentes e discentes para a realização do Exame.

Outro ponto de destaque foi a realização de eleições unificadas para todos os colegiados dos cursos de graduação e para todas as chefias de departamento. Entre as eleições (realizadas em outubro dos anos pares) e as posses (realizadas em fevereiro do ano seguinte), foi realizado o 1º Encontro de Formação de Gestores Acadêmicos.

Com objetivo de melhor adequar a Instituição aos novos instrumentos de avaliação do INEP/MEC (Reconhecimento de Curso; Renovação de Reconhecimento de Curso; Recredenciamento Institucional), os coordenadores de cursos estão sendo orientados a estabelecer um Plano de Trabalho focado na gestão dos cursos. Por sua vez, os PPCs serão revisados para que se faça constar a atuação do coordenador.

O PDI 2016-2020 do CEFET-MG estabeleceu seis metas para a Diretoria de Graduação, como já inicialmente exposto: (1) Consolidar os cursos de graduação do CEFET-MG em nível de excelência; (2) Estabelecer e/ou aprimorar políticas institucionais com foco nos discentes; (3) Promover a realização de, no mínimo, um evento, por ano, para discutir modalidades de ensino e aprendizagem; (4) Revisar e atualizar normas, resoluções e fluxos de gestão atinentes à graduação; (5) Orientar iniciativas de elaboração de propostas de novos cursos e submetê-las à apreciação do CGRAD; (6) Realizar levantamento para a adequação dos laboratórios didáticos especializados utilizados nos cursos de graduação. Deste modo, a partir da análise dos dados ora expostos e das informações apuradas, entre as ações previstas para a melhoria das atividades acadêmicas e da gestão da instituição, evidenciam-se para a Diretoria de Graduação:

Prosseguimento do processo de consolidação do desenvolvimento e melhoria do ensino de Graduação, por meio do acompanhamento permanente e supervisão dos cursos. Os cadernos do relatório do Enade são usados como instrumento de apoio para o diagnóstico dos cursos; A Diretoria de Graduação trabalha diretamente com os coordenadores, por meio do Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação, visando identificar dificuldades e desafios;

Aprimoramento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em funcionamento e dos processos de elaboração e submissão de novos Projetos para apreciação dos colegiados superiores. Está sendo desenvolvido um padrão de PPC que oriente os proponentes quanto às questões de forma e conteúdo obrigatórios para atender às DCNs dos cursos de graduação, à LDB e aos requisitos legais estabelecidos pelo MEC e pela Instituição.

O Conselho de Graduação teve sua composição revisada, passando a contar com um representante da Coordenação Pedagógica. Também houve uma redistribuição das vagas ocupadas por docentes, com um maior espaço de participação para as áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Sociais e Filosofia, Educação e Letras, de modo a refletir o crescimento dessas áreas do conhecimento, na Instituição.

Em relação às ações da Secretaria de Políticas Estudantis, as principais melhorias se caracterizam pelo incremento da qualidade dos restaurantes próprios existentes e a implementação de formulário de avaliação diária dos usuários em outubro/2018; foram contratados restaurantes para oferta de refeições subsidiadas para os alunos das unidades de Leopoldina e Nepomuceno, que ainda não dispõem de restaurante próprio.

No âmbito da Gestão de Pessoas, destaca-se a criação de um avançado macroprocesso de alocação de pessoal (ainda em implantação) que, a partir de um dimensionamento do trabalho e das competências, permite a compreensão das tomadas de decisão, buscando facilitar o *accountability*, e tornando tais decisões cada vez mais racionalizadas e criteriosas. O PDI 2016-2020 não apresenta indicadores quantitativos para a área de Gestão de Pessoas que permitam quantificar o alcance de suas metas. Não obstante, julga-se que todos os aspectos apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional vigentes estão sendo trabalhados para que, nos anos posteriores, avanços progressivos sejam alcançados.

Quanto às ações de internacionalização, foi firmado um convênio com o Instituto Politécnico de Bragança (Portugal) para a Dupla Diplomação. No primeiro edital foram selecionados 8 alunos, que começaram a fase de estudos no IPB em fevereiro de 2019.

Em termos de melhorias de infraestrutura, destacam-se: construção de prédios escolares em Varginha e Curvelo; construção de ginásios poliesportivos cobertos em Divinópolis, Timóteo,

Varginha e Curvelo; requalificação dos espaços, de modo a torná-los acessíveis, com a instalação de plataformas elevatórias e/ou construção de rampas, construção de banheiros adaptados para cadeirantes e/ou pessoas com mobilidade reduzida; instalação de piso tátil em diversos campi do interior.

Foi definido um Plano de Contingência para as bibliotecas, por meio do qual, dentre outros, atribuiu-se aos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação, a responsabilidade pela análise crítica do acervo bibliográfico, à luz do que é demandado pelos cursos de graduação e em conformidade com as diretrizes dos novos instrumentos de avaliação do MEC.

Finalmente, cabe destacar a Política de Inovação recém instituída pelo CEFET-MG (Resolução CD-027/18) que tem, dentre seus objetivos, estimular as iniciativas relacionadas ao empreendedorismo inovador no CEFET-MG. Atualmente, a Coordenação Geral de Empreendedorismo (CGE), vinculada à Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) orienta ações relacionadas à Incubadora de Empresas, ao Núcleo de Empresas Juniores e aos editais vinculados à temática, a exemplo do InovaPró, realizado pelo Governo de Minas Gerais, e de programas de parceiros. Dessa forma, fortalece a integração entre as ações que promovam a inovação e a difusão da cultura empreendedora, as quais, em última instância, estão intimamente ligadas ao desenvolvimento de ações de extensão que promovam o desenvolvimento comunitário.